

Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

## **MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 028/2019**

**Senhor Presidente,**

**Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.**

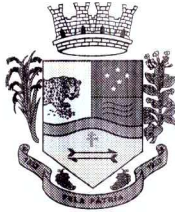
Ao cumprimentar Vossas Excelências vimos submeter à apreciação dessa Colenda Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo, o qual ***“CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES E SECRETÁRIOS”***.

A iniciativa dessa matéria pelo Executivo causa estranheza. Essa nova sistemática ocorreu pela primeira vez no ano de 2017, quando coube ao Executivo Municipal encaminhar ao Legislativo a proposta de revisão geral anual dos subsídios dos mandatários eletivos mencionados no § 4º do artigo 39 da Constituição Federal, pelo que vimos novamente aqui reproduzir os motivos que fundamentaram o envio do Projeto de Lei nº 030/2017 e do Projeto de Lei nº 028/2018.

Tem-se que o direito à revisão geral dos subsídios dos mandatários eletivos (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores) deve ocorrer na mesma data e sem distinção de índices da concedida aos servidores municipais, consoante o disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, sendo isso matéria pacificada.

No entanto, o que passou a ser motivo de divergência jurídica é a iniciativa da lei concessora da revisão, tendo em vista o descompasso existente entre a Constituição Federal (art. 37, X) e a Constituição Estadual (art. 33, § 1º). Enquanto na Constituição Federal é observada a iniciativa privativa da cada Poder; na Constituição Estadual é assegurada através de lei de iniciativa do Poder Executivo a **revisão da remuneração de todos os agentes públicos**.

Em que pese o forte entendimento doutrinário a respeito de ser observada a iniciativa privativa de cada Poder, consoante a norma consolidada da Constituição Federal, o Tribunal de Justiça do Estado/RS tem entendido como sendo inconstitucional a legislação municipal que não atender ao disposto na Constituição Estadual,



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

consoante julgado em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70070342233, do Município de Esteio, decidido pela unanimidade do seu órgão Pleno.

Nessa decisão o Tribunal de Justiça reiterou ser iniciativa do Chefe do Executivo a iniciativa da lei de revisão geral anual, quer seja para os agentes políticos, quer seja, para os servidores públicos, incluindo aqui também os servidores da Câmara Municipal.

Para melhor elucidar o tema, segue em anexo o Boletim Técnico nº 22/2017, editado pela Delegações de Prefeituras Municipais – DPM, o qual é bastante esclarecedor e vem justificar a providencia ora adotada pelo Município.

Porquanto, vimos apresentar o Projeto de Lei em anexo, o qual objetiva conceder revisão nos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, extensivo aos Secretários, no percentual correspondente a **sete inteiros e seis mil, quinhentos e oitenta e sete décimos de milésimo por cento (7,6587%)**, percentual esse resultante do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) apurado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado entre os meses de junho de 2018 a maio de 2019, para vigorar a contar de 1º de junho de 2019.

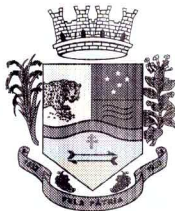
O índice inflacionário escolhido para o corrente exercício foi o IGP-M por se verificar que o mesmo melhor refletiu a perda do poder aquisitivo da moeda, tendo o IPCA ficado limitado a 4,6584%.

Por fim, quanto ao impacto financeiro e orçamentário preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), segue em anexo a estimativa elaborada pela Contadoria Geral do Município, necessária a complementar a previsão constante da Lei Orçamentária Anual (LOA) estimada com base na projeção do IPCA, vindo por fim a atestar a viabilidade da concessão do reajuste com base no IGP-M.

Assim sendo, com fundamento nos motivos antes aduzidos, vimos encarecer a aprovação do presente Projeto de Lei.

Jaguari, RS, 25 de junho de 2019.

  
**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
Prefeito do Município de Jaguari.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

## **PROJETO DE LEI Nº 028/2019**

**Concede revisão geral anual aos subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 78, inciso V da Lei Orgânica,

**FAZ SABER**, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

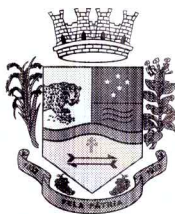
**Art. 1º.** É concedida **revisão geral anual** de que trata o art. 37, inc. X da Constituição Federal, nos termos da Lei Municipal nº 3.115, de 05.07.2016, pela aplicação do índice de **sete inteiros e seis mil, quinhentos e oitenta e sete décimos de milésimo por cento (7,6587%)** sobre os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, vigente no mês de maio de 2019, para vigorar a contar de 1º de junho de 2019.

Parágrafo único. O percentual de revisão geral anual concedido pelo artigo 1º desta Lei é não cumulativo a eventual concessão de aumento real, por lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, ao subsídio de Secretário de Município relativo ao mesmo período de vigência.

**Art. 2º.** É concedida **revisão geral anual** de que trata o art. 37, inc. X da Constituição Federal, nos termos da Lei Municipal nº 3.117, de 05.07.2016, pela aplicação do índice de **sete inteiros e seis mil, quinhentos e oitenta e sete décimos de milésimo por cento (7,6587%)** sobre os subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal, vigentes no mês de maio de 2019, para vigorar a contar de 1º de junho de 2019.

**Art. 3º.** Os valores dos subsídios referidos nos artigos 1º e 2º desta Lei estão demonstrados no Anexo Único que integra a presente Lei.





Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**Art. 4º.** Ficam reajustados os descontos por ausência injustificada do Vereador às sessões plenárias ordinárias e extraordinárias e às reuniões de comissão, previstos nos incisos I e II do art. 4º da Lei Municipal nº 3.117, de 05.07.2016, pela aplicação do índice de **sete inteiros e seis mil, quinhentos e oitenta e sete décimos de milésimo por cento (7,6587%)** sobre os valores vigentes no mês de maio de 2019, para vigorar a contar de 1º de junho de 2019, conforme demonstrado no Anexo Único que integra a presente Lei.

**Art. 5º.** O percentual de revisão concedido pelos artigos 1º, 2º e 4º desta Lei é resultante do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) apurado pela Fundação Getúlio Vargas acumulado entre os meses de junho de 2018 a maio de 2019.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão atendidas pelas dotações próprias constantes da Lei Orçamentária Anual editada pela Lei Municipal n.º 3.262, de 10.12.2018.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2019.

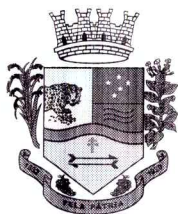
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, \_\_ DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_.

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
Prefeito do Município de Jaguari.

REGISTRADA NO LIVRO N.º \_\_\_\_ ÀS FLS. \_\_\_\_  
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO  
EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,**  
Secretário de Administração.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**LEI MUNICIPAL Nº , DE DE DE .**

**ANEXO ÚNICO**

**TABELA DOS SUBSÍDIOS – JUNHO/2019 (7,6587%)**

<b>CARGOS</b>	<b>VALORES (R\$)</b>
PREFEITO MUNICIPAL .....	12.891,16
VICE-PREFEITO .....	5.156,46
SECRETÁRIOS	4.844,64
PRESIDENTE DA CÂMARA .....	5.156,45
VEREADORES .....	3.437,64

**DESCONTO POR AUSÊNCIA INJUSTIFICADA DO VEREADOR  
JUNHO/2019 (7,6587%)**

<b>ESPÉCIE DE AUSÊNCIA</b>	<b>VALORES (R\$)</b>
Às Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias	429,69
Às Sessões de Comissão.....	214,84



Estado do Rio Grande do Sul  
MUNICÍPIO DE JAGUARI

### Impacto Orçamentário/Financeiro c/base na CF e na LC 101/2000

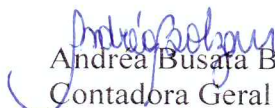
Estimativa de Impacto Financeiro -REPOSIÇÃO SALARIAL	
1- Receita Corrente Líquida atual - 31/05/2019	30.111.790,17
1.1- Receita Corrente Líquida Projetado (2% de aumento)	30.715.000,00
2- Gasto Total Atual com Pessoal - 31/05/2019	14.316.685,75
3 - Gasto Total Atual com Pessoal Projetado com variáveis (horas-extras e sobre avisos)	15.124.852,86
4 - Gasto Total Atual com Pessoal Projetado excluído-se variáveis	14.624.555,89
5- Percentual da RCL comprometido atualmente com Pessoal - 31/05/2019	47,55
6- Percentual da RCL nos gastos de Pessoal com aumento proposto com variáveis	49,24
6.1 - Percentual da RCL nos gastos de Pessoal com aumento proposto sem variáveis	47,61
7- Resultado do Impacto:	
a) Atende ao exigido pelo art. 20 inciso III, da LC 101/2000, que o Gasto com Pessoal não ultrapasse a 54 % para o Executivo, da RCL..	x
b) Atende ao exigido pelo art. 22, parágrafo único da LC 101/2000, não ultrapassar os 95% do estabelecido no art. 20 inciso III, sendo 51,30% para o Executivo, da RCL.	


Sr. Prefeito

Ao cumprimentá-lo, vimos através da presente, informar o que segue:

- 1- Com base nos cálculos acima expostos podemos atestar a viabilidade de concessão do reajuste pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M acumulado até maio de 2019 de 7,65 %. Registra-se que a aplicabilidade do referido índice está condicionado à contenção de despesas vinculadas a pagamentos de horas-extras e sobre-avisos visto que tais encargos futuros afetam sobremaneira no índice de segurança de Despesa de Pessoal contido no artigo 20 da LC 101/2000.
- 2- Informamos que o índice previsto na Lei nº3255/2018 de 12 de setembro de 2018 LDO para 2019 era o IPCA de 4,07 %, no entanto a reposição ora proposta é com base no ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M acumulado até maio de 2019 de 7,65 %, sendo neste caso necessário a elaboração do presente impacto.

Jaguari, 24 de junho de 2019.

  
Andréa Busata Bolzan  
Contadora Geral  
CRC/RS067278/O-7

  
João Martins Pinheiro  
Secretário Municipal de Finanças





Estado do Rio Grande do Sul  
MUNICÍPIO DE JAGUARI

### Impacto Orçamentário/Financeiro c/base na CF e na LC 101/2000

Estimativa de Impacto Financeiro -REPOSIÇÃO SALARIAL CAMARA DE VEREADORES

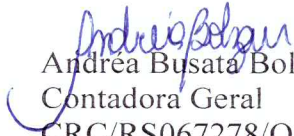
1- Receita Corrente Líquida atual - 31/05/2019	30.111.790,17
1.1- Receita Corrente Líquida Projetado (2% de aumento)	30.715.000,00
2- Gasto Total Atual com Pessoal - 31/05/2019	686.497,23
3 - Gasto Total Atual com Pessoal Projetado	741.627,31
4- Percentual da RCL comprometido atualmente com Pessoal - 31/05/2019	2,28
5- Percentual da RCL nos gastos de Pessoal com aumento proposto	2,41
6- Resultado do Impacto:	
a) Atende ao exigido pelo art. 20 inciso III, da LC 101/2000, que o Gasto com Pessoal não ultrapasse a 54 % para o Executivo, da RCL..	x
b) Atende ao exigido pelo art. 22, parágrafo único da LC 101/2000, não ultrapassar os 95% do estabelecido no art. 20 inciso III, sendo 51,30% para o Executivo, da RCL.	

Sr. Prefeito

Ao cumprimentá-lo, vimos através da presente, informar o que segue:

- 1- Com base nos cálculos acima expostos podemos atestar a viabilidade de concessão do reajuste pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M acumulado até maio de 2019 de 7,65 %.
- 2- Informamos que o índice previsto na Lei nº3255/2018 de 12 de setembro de 2018 LDO para 2019 era o IPCA de 4,07 %, no entanto a reposição ora proposta é com base no ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M acumulado até maio de 2019 de 7,65 %, sendo neste caso necessário a elaboração do presente impacto.

Jaguari, 24 de junho de 2019.

  
Andréa Busata Bolzan  
Contadora Geral  
CRC/RS067278/O-7

  
João Martins Pinheiro  
Secretário Municipal de Finanças